



NOTIFISCO

Jornal dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

Ano XXXII | Nº 201 | Abril de 2015

Rua Alferes Ângelo Sampaio, 2580 - Bigorriho - CEP 80730-460 - Curitiba-PR

Confira nesta edição



3º Prêmio Gestor Público Paraná é lançado na Alep

p. 6 e 7

Nacional



Comissão se reúne
para discutir
a Lei Orgânica
do Fisco

p. 8

Sindical



Assembleia Geral
Extraordinária aprova
ações em defesa da
categoria Fiscal

p. 3

Nacional



PEC que fixa
parâmetros para
remuneração de
Auditores é adiada

p. 5

Social



SINDAFEP
promove inclusão
digital para
pessoas idosas

p. 15

Sindical

SINDAFEP
estuda medidas
contra despacho
governamental

p. 4

Editorial

Na defesa dos direitos da categoria, o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP) realizou reunião com o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, para levar todas as pendências do estado com os Auditores Fiscais ativos e inativos. Em relação à implantação dos efeitos financeiros das promoções autorizadas pelo decreto 10.937/2014, fomos informados que – tão logo se restabelecesse o equilíbrio financeiro estadual – estas seriam efetuadas.

Em 24 de abril, o governador determinou o pagamento imediato das promoções e, em 4 de maio, os Auditores – que há muito aguardavam as merecidas promoções – receberam o efeito financeiro da primeira parcela por meio de folha complementar.

Outra importante luta ganhou força neste 4 de maio. As carreiras típicas de estado, em fórum realizado em 10 de março de 2015, na sede da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), decidiram ajuizar ações contra a cobrança da previdência aos inativos. Escalonadas de forma a contemplar diversas teses de ilegalidade apresentadas pelas entidades, os primeiros a ingressar seriam os magistrados – e o resultado foi positivo.

Falecimentos

CECILIA PAREDES FERRAZ	05/02/2015
VALTER CHIARAMONTE	16/02/2015
EUNICE ELIZA KALCKMANN SIMAO	27/02/2015
EUNICE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO	08/03/2015
AMAURY FERREIRA DE SOUZA	13/03/2015
GABRIELLA PRESNI MACHADO	16/03/2015
JOSE AUGUSTO CRETELLA	30/03/2015
JULIO CEZAR MICHELATO	13/04/2015
ANNA IZAURA BIANCHINI SOTTOMAIOR	20/04/2015

O Tribunal de Justiça do Paraná concedeu liminar que proíbe o desconto dos 11%. Esta, que beneficia dez magistrados aposentados, deverá amparar o ingresso de ações para estender o benefício aos ainda ativos. O SINDAFEP já está trilhando o mesmo caminho e, com a autorização da Assembleia de 21 de março, ajuizará ação sustentando as mesmas teses para obter medida liminar que garanta os mesmos direitos aos nossos filiados. A ação será ajuizada pela mesma banca que impetrou o mandado de segurança dos magistrados.

Advertimos a todos os filiados, caso sejam abordados por advogados vendendo possibilidades ou promessas, que procurem o Sindicato para se informar e buscar orientação. Muitos se iludem com promessas de profissionais que não possuem compromisso com a categoria, não conhecem a história da nossa carreira, dos nossos pleitos e causas. Demandam ações sem critério e responsabilidade com a classe, de forma a colocar em risco conquistas de décadas de luta.

Lembramos que mesmo ações individuais podem resultar em decisões desfavoráveis, de repercussão geral e, com consequências irreversíveis para a categoria.

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e

Pensionistas: Delcídes Toneli

SUPLENTE

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTE

Domingos Casselli Mansani; Luiz Círuelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTE

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marín; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepisz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinguello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br

41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)

Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)

Larissa Knaipp

Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami

DIAGRAMAÇÃO: Larissa Knaipp

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Assembleia Geral Extraordinária aprova ações em defesa da categoria Fiscal

Em 21 de março, 195 Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas participaram da Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo SINDAFEP para deliberar ações em defesa da categoria diante do atual cenário político do estado e das medidas que afetam diretamente o serviço público.

Na ocasião, a categoria aprovou por ampla maioria – com somente dois votos contrários – a proposta de ação judicial contra a taxa de 11% sobre proventos e pensões de aposentados e pensionistas do Paraná. Ainda, caso o governo rerepresente projeto de reestruturação da Parana Previdência que coloque em risco a manutenção dos fundos existentes, já ficou autorizado o encaminhamento de medidas judiciais.

“O resultado da Assembleia mostrou que a categoria está mobilizada e insatisfeita com medidas que representem perdas de direitos e garantias. Ficou demonstrado ainda, que a classe confia no SINDAFEP para intensificar esta luta, na medida em que outorga poderes à entidade para propor ações que buscarão reverter esta situação”, destaca o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

PREJUÍZOS

No fim de 2014, foi aprovado o projeto de lei de autoria do Executivo estadual que estabelece a contri-



buição previdenciária sobre os proventos e pensões dos servidores públicos estaduais aposentados. Isso prejudicou centenas de aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e que agora estão sendo taxados em 11%.

Para a diretoria do SINDAFEP, a mudança na estabilização dos proventos do servidor aposentado foi um ataque ao direito já adquirido, que não teve um debate à altura da importância do assunto – visto que foi aprovada em comissão geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep), conhecida como “tratoração”.

Outro projeto de lei, que tratava da extinção dos fundos financeiro e previdenciário da Parana Previdência e também representava um enorme prejuízo a todo o funcionalismo público, foi enviado à Alep em feve-

reiro para ser aprovado no “tratoração”. O projeto, que deveria liberar ao Executivo o uso dos R\$ 8 bilhões do fundo, foi retirado pelo governo graças à pressão de todas as categorias de servidores públicos do estado, mas deverá ser rerepresentado com nova formatação. O SINDAFEP já está mobilizado junto ao fórum das entidades de classe representativas das carreiras típicas de Estado para unificar a luta contra as medidas que afetem os servidores públicos propostas pelo governo estadual.

Com a autorização concedida pela categoria do Fisco, o Sindicato encaminhará um manifesto junto a todas as entidades do fórum contra os projetos e ajuizará ações visando assegurar os direitos dos servidores que já estão aposentados, inclusive, buscando a extensão destes efeitos às futuras aposentadorias.

Sindical

SINDAFEP estuda medidas contra despacho governamental

Em fevereiro, o governador do estado do Paraná, Beto Richa, por meio de despacho governamental, determinou que no período de janeiro a dezembro de 2015 não seja aplicada a lei federal 13.091 que corrigiu os valores dos subsídios recebidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Com essa medida, os vencimentos recebidos pelos Auditores Fiscais também ficarão limitados ao valor atual, sem correção. O SINDAFEP está estudando possíveis medidas judiciais para buscar os direitos da categoria. Segundo o despacho, a medida se aplica ao subsídio recebido



pelo próprio governador, à vice-governadora, aos secretários de Estado, aos secretários estaduais e aos assessores especiais

AE-1. A legislação, de 2002, estabelece o reajuste automático dos subsídios, condicionados ao reajuste do STF.

SINDAFEP participa de entrega de kits escolares para crianças paranaenses

Na tarde de 13 de abril, crianças de 22 municípios paranaenses foram beneficiadas com a entrega de 15 mil kits escolares. A iniciativa faz parte da Campanha Volta às Aulas do Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar), que conta com o apoio do SINDAFEP.

O objetivo da campanha é fornecer cadernos, lápis, borracha, régua, apontador, entre outros materiais escolares, auxiliando as crianças no processo de aprendizado. As cidades escolhidas para receber as doações foram as de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no estado.



O evento ocorreu na sede da Provopar, em Curitiba, e contou com a presença da presidente da entidade, Carlise Kwiatko-

wski, da vice-presidente de administração do SINDAFEP, Nilce Costa de Oliveira Nascentes, e outras autoridades.

PEC que fixa parâmetros para remuneração de Auditores é adiada

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 391/2014 não chegou a ser apreciada no Plenário da Câmara na última semana de março. Isso porque a sessão deliberativa extraordinária foi encerrada antes de a PEC ser apreciada pelos deputados.

Agora, precisará voltar à Câmara para ser discutida e votada. Enquanto isso, a categoria continua aguardando pela tramitação do texto que pode voltar à pauta ainda no mês de abril.

PEC

A PEC 391 foi proposta pelo deputado Paulão (PT-AL) com o objetivo de fixar parâmetros para a remuneração dos servidores das carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil, carreira de nível superior de Auditoria Fiscal do Trabalho, de Fiscal Federal Agropecuário e Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – capitais ou com população superior a 500 mil habitantes.

O rendimento corresponderá a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF.

Assim, os servidores da Receita Estadual do Paraná deixarão de ter os valores das suas remunerações dependentes do salário do governador do estado. A aprovação da proposta evitaria situações como a sofrida pela categoria em fevereiro



deste ano, após o governo do estado emitir despacho governamental determinando a não aplicação do reajuste dado aos ministros do STF, até dezembro de 2015.

Com a PEC, estados, municípios e o Distrito Federal terão competência para consolidar os vencimentos – mediante emenda às respectivas constituições e leis orgânicas.

Segundo a proposta, os valores das remunerações dos demais integrantes dessas carreiras serão escalonados de forma que a diferença entre uma remuneração e a imediatamente posterior não seja inferior a 2% nem superior a 5%, e que a inicial não seja inferior a 75% da máxima.

HISTÓRICO

Em março de 2014, a Proposta foi apresentada na Câmara dos Deputa-

dos em Brasília para corrigir o equívoco da não inclusão das carreiras de Auditoria e Fiscalização nas PECs 443/2009 e 147/2012, que tratam da remuneração de diversas carreiras da administração pública, como advogados e defensores públicos.

Em maio, foi criada uma Comissão Especial para elaborar o parecer do projeto e, no mesmo mês, o deputado Décio Lima (PT/SC) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) um parecer favorável ao texto.

O parecer foi aprovado pela CCJC e seguiu para análise da Comissão Especial, criada em outubro de 2014. Após aprovado, seguiu para o Plenário da Câmara, onde não chegou a ser apreciada. A matéria está novamente pronta para ir ao Plenário.

3º Prêmio Gestor Público Paraná é lançado na Alep

Em 31 de março, o SINDAFEP realizou a cerimônia de lançamento do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) no Plenário da Alep.

Audidores Fiscais e parlamentares lotaram o Plenário para prestigiar o lançamento da premiação, que visa reconhecer as boas práticas administrativas desenvolvidas nos municípios paranaenses.

“O nosso objetivo ao realizar o PGP-PR é mostrar à população o que de melhor se faz na administração pública dos municípios paranaenses. Precisamos valorizar e divulgar o que temos de bom sendo feito no estado”, destaca o presidente do Sindicato, José Carlos Carvalho.

Segundo o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior, a premiação vai além de encontrar e gratificar bons projetos. “Almejamos contribuir efetivamente para a disseminação de uma cultura de planejamento, estimulando a difusão de conhecimentos especializados e a sua real prática no dia a dia da administração municipal.”

Neste ano, o Prêmio tem como tema *Meio Ambiente: Não Temos Tempo. O Futuro é Agora*, que foi pensado para incentivar as administrações municipais a implementar políticas públicas nessa área, diante da necessidade de encontrar alternativas para o desenvolvimento sustentável e realizar medidas para preservar o meio ambiente.

“Esta terceira edição será sobre o



meio ambiente porque, nas edições anteriores, já percebemos muitos projetos desenvolvidos nessa área. Além disso, no ano passado, se encerrou o prazo para os municípios se adaptarem à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o que amplia ainda mais a importância do tema”, destaca o coordenador-geral do PGP-PR.

De acordo com a diretoria do Sindicato, o lançamento na Alep foi muito positivo, pois fez com que todos os parlamentares e a sociedade como um todo – por meio da transmissão ao vivo pela TV Sinal – tomassem conhecimento da iniciativa.

“Nós ficamos muito felizes com o lançamento do 3º PGP-PR. Com o Prêmio, o SINDAFEP dá mais uma vez a prova de que é um Sindicato cidadão, preocupado não só com a arrecadação de recursos para prover o estado, mas também com a aplicação desses valo-

res”, destaca o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

CERIMÔNIA

Diversas autoridades compuseram a mesa da cerimônia, como o presidente da Alep, Ademar Luiz Traiano; o secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ivan Lelis Bonilha; o cônsul-geral da República do Paraguai em Curitiba, Ricardo Leopoldo Brugada Loizaga; além do presidente do SINDAFEP e do coordenador-geral do PGP-PR.

“O lançamento do Prêmio é um momento ímpar para o estado do Paraná. Essa premiação ajuda a aprimorar ainda mais a qualificação dos nossos gestores, para que eles estejam alicerçados pelo conhecimento no desenvolvimento de seus projetos”, ressaltou Traiano.

Para a Secretaria de Estado da Fa-

zenda (Sefa), o PGP-PR contribui no desenvolvimento do estado. “Essa é uma iniciativa muito importante no sentido de estimular os servidores públicos a exercer melhor as suas atribuições, com iniciativas, determinação e capacidade. Temos inúmeros gestores e o Prêmio ajuda a identificar os que fazem boas ações”, afirmou o secretário da Fazenda.

De acordo com o presidente do TCE-PR – um dos apoiadores do Prêmio –, a administração pública como um todo tende a ser beneficiada pela iniciativa do SINDAFEP. “Esse Prêmio já é consagrado publicamente. Ajudaremos a escolher projetos que possam atender aos princípios da administração pública, como a transparência, o planejamento e a execução com base em rigores técnicos. Não se pode ter uma administração pública eficiente se esta não estiver revestida desses fundamentos”, destacou Bonilha.

EXPECTATIVAS

As expectativas para o 3º PGP-PR são de que ainda mais gestores participem e que todo o estado seja beneficiado com os projetos.

“O sucesso das duas primeiras edições mostra que a iniciativa do SINDAFEP é excelente, e temos certeza de que esta terceira edição será melhor ainda. A Coordenação da Receita do Estado (CRE) apoia a realização desse Prêmio, pois é um incentivo para que as administrações tenham mais transparência e façam um serviço de melhor qualidade”, ressalta o diretor da CRE, José Aparecido Valencio da Silva.

Para o detentor da marca Prêmio



Gestor Público, o Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco-RS), o histórico da premiação paranaense indica o sucesso desta nova edição.

“Nossa expectativa é exitosa. Na nossa percepção, o Prêmio Gestor Público já está consolidado no Paraná e, com o tema sobre o meio ambiente, temos certeza de que projetos cada vez melhores serão apresentados”, disse a coordenadora do PGP, Virginia Baldessarini Cano.

Os apoiadores do PGP-PR também destacaram suas expectativas com a premiação. “Este ano devemos ter trabalhos muito intensos para levar mais profissionalização para a área de gestão pública. Por isso temos sempre que apoiar toda e qualquer iniciativa que se propõe a reconhecer as boas práticas”, afirmou a coordenadora da câmara de gestão pública do Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR), Lorena Carmen Gramms.

PRÓXIMOS PASSOS

Com o lançamento, os Auditores Fiscais que atuam como avaliadores do Prêmio realizarão visitas por todo o Paraná para conversar com os gestores, divulgando o PGP-PR e ajudando a identificar projetos que possam participar da iniciativa.

Desde de 6 de abril, os gestores municipais já podem inscrever seus projetos. Em julho serão realizadas as avaliações; e em setembro o Comitê Técnico fará a análise dos projetos para a grande cerimônia de premiação – que será realizada em novembro.

A diretoria do SINDAFEP convida todos os prefeitos paranaenses a participar da 3ª edição do PGP-PR. “Convidamos todos os municípios a inscreverem pelo menos um projeto em execução. Esse é um Prêmio que está em ascensão e só com a participação dos gestores conseguiremos disseminar cada vez mais as boas práticas pelo nosso estado”, destaca o presidente da entidade.

Comissão se reúne para discutir a Lei Orgânica do Fisco

A Lei Orgânica do Fisco é um instrumento de suma importância para as carreiras fiscais. Além disso, ela possui outro papel: fortalecer a cidadania.

Por meio da Lei Orgânica – que discute estratégias para a garantia de autonomia e independência à administração tributária nos âmbitos nacional, estadual e municipal – cria-se uma instituição mais forte e autônoma, o que possibilita arrecadação mais eficiente e melhor gestão das atividades.

Essas medidas que contribuirão para o trabalho do Fisco estão previstas na PEC 186/2007 – atualmente aguardando a entrada em pauta no Plenário da Câmara dos Deputados.

MOBILIZAÇÃO

Tendo em vista a importância da aprovação da PEC para o país,



representantes do SINDAFEP participaram da reunião da Comissão de Lei Orgânica da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), em Brasília, em 24 e 25 de março.

“O objetivo, na presente fase, foi debater os destaques e propor alterações ao texto legislativo que será encaminhado e submetido ao Con-

selho Deliberativo (CD) da Federação depois de finalizado”, destaca o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

De acordo com o vice-presidente de finanças do SINDAFEP, Olávio Pires Pereira, “com a aprovação das medidas, a carreira de Auditor Fiscal será valorizada e o Fisco terá independência em relação a governos ou grupos políticos”.

Além da Fenafisco e do SINDAFEP, compõem a Comissão representantes dos sindicatos Sindifisco-AM, Sindsefaz-BA, Sindifisco-AP, Sindifisco-PB, Siprotaf-MT, Sindifern-RN, Sindate-MS, Sindifisco-GO, Sindifisco-SC, Sindifiscal-ES, Sindifisco-PE, Sinafresp-SP, Sintaf-CE, Sindifisco-PA, Sinafite-DF, Sindare-TO, Sindafisco-RO, Sindifisco-MT, Sindifisco-RS, Sindifisco-MS e Sinfrerj-RJ.



Trabalho essencial para a Receita está em boas mãos

Coordenando uma equipe de 32 pessoas, o Auditor Fiscal Agnaldo Herminio de Carvalho Dias tem realizado um trabalho que merece destaque.

Há três anos como gerente da Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação (AGTI) da CRE, Dias é um servidor que, assim como tantos outros, tem buscado excelência em suas atividades – essencial para bons resultados e eficiência da Receita estadual.

AGTI

Dias assumiu a gerência da Assessoria a convite do diretor da CRE da época, Gilberto Della Coletta. Desde então, a correria não para. Coordenação de equipe, representação da CRE em eventos externos e reuniões com a alta gerência da organização e da Secretaria da Fazenda são algumas das responsabilidades do servidor.

Compete ainda à AGTI supervisionar, coordenar e prover todos os assuntos relacionados a Tecnologia da Informação (TI) no âmbito da CRE, interagir com as prestadoras de ser-

viços tecnológicos e de comunicação e assessoria ao diretor quanto à área. Todas essas funções estão ao comando de Dias e demandam grande atenção e o devido cuidado.

“Hoje, a área de informática está intrincada em todos os nossos trabalhos. Não há mais como trabalhar sem a TI. Como tal, não é o meu trabalho em si, mas a existência da área que é vital para a organização – e é essencial que ela funcione bem”, afirma Dias.

OBJETIVOS

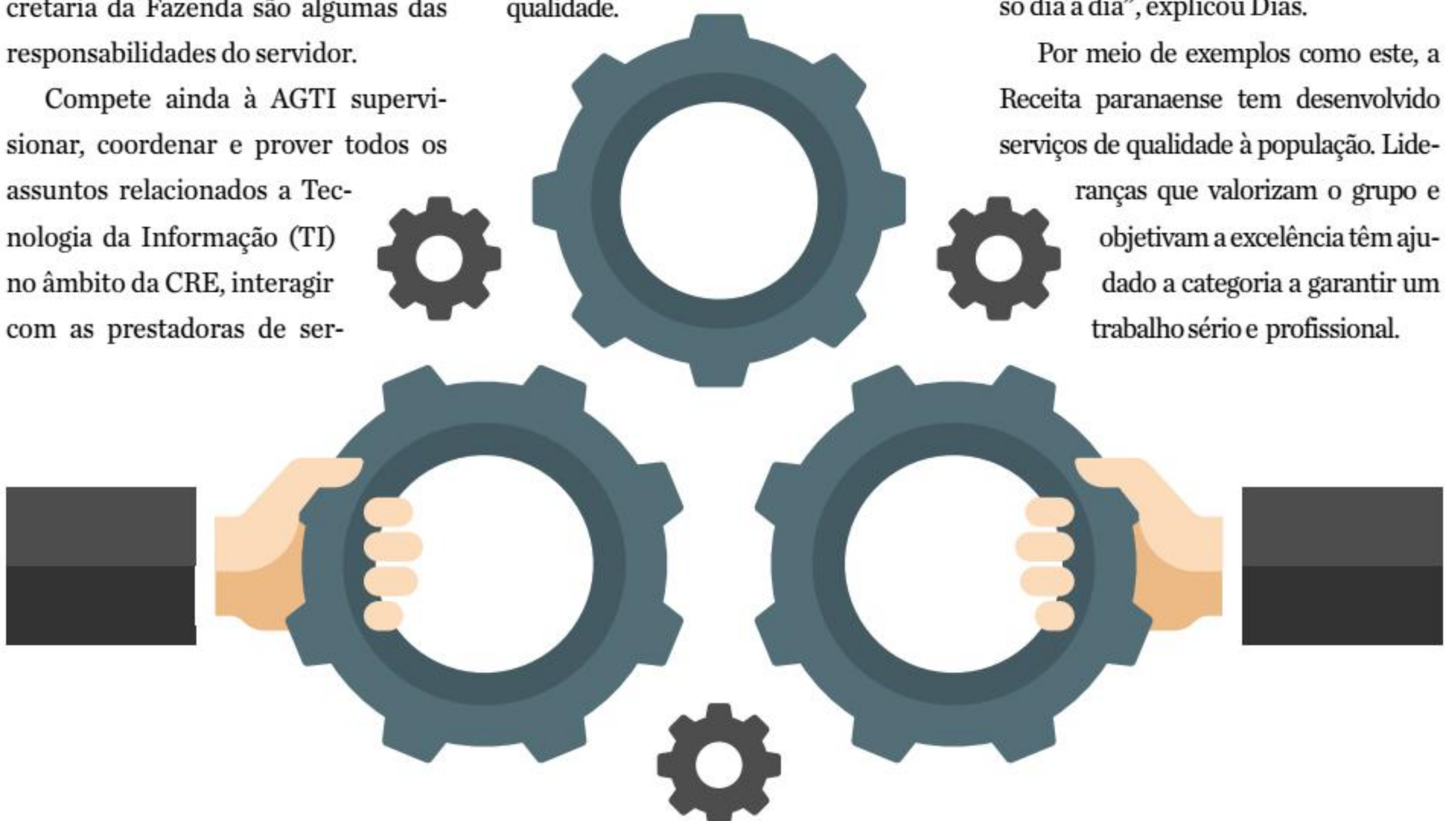
Com transformações tecnológicas constantes, a AGTI também precisa se atualizar e aperfeiçoar suas atividades para acompanhar o desenvolvimento. Dias sabe muito bem dessa necessidade e, por isso, objetiva prestar serviços de qualidade.

“Temos procurado aprimorar a administração tanto da área de TI quanto dos nossos contratos e adequar nosso dia a dia aos padrões mundiais de gerência de serviços. Nos esforçamos para nos manter tecnologicamente atualizados”, relatou.

Como a Assessoria não depende de um único trabalho, mas do conjunto, Dias conta com a colaboração da sua equipe e de outras organizações para cumprir com as responsabilidades e realizar um trabalho estratégico para a CRE.

“Nós buscamos bastante a interação, tanto com os próprios funcionários do setor quanto com os de fora. Temos procurado ajuda externa – por exemplo, o Instituto Gartner, que nos presta assessoria. Dessa forma, podemos planejar estrategicamente o nosso dia a dia”, explicou Dias.

Por meio de exemplos como este, a Receita paranaense tem desenvolvido serviços de qualidade à população. Lideranças que valorizam o grupo e objetivam a excelência têm ajudado a categoria a garantir um trabalho sério e profissional.



Com terceira atuação do SINDAFEP, nova gestão do Cedi-PR toma posse

Em março, o SINDAFEP participou da solenidade de posse da nova gestão do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná (Cedi-PR).

Compõem o Conselho – representando o Sindicato – o Auditor Fiscal Osmar de Araújo Gomes, como titular, e Maria Inês Dias Chaves Pereira, como suplente. O novo mandato tem duração de dois anos.

A entidade faz parte do Cedi-PR pela terceira gestão consecutiva, uma forma de colaborar na luta em defesa dos direitos da pessoa idosa e de seus interesses.

Segundo Gomes, “o SINDAFEP tem um bom relacionamento com a secretária Fernanda Richa em questões sociais. Então, com essa mudança, nosso trabalho em defesa dos idosos poderá ser ainda melhor”.

Além dos novos conselheiros, o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, também esteve presente na cerimônia prestigiando os novos conselheiros.

TRABALHO

Segundo levantamento do Ministério Público do Paraná (MP-PR), apenas 36% das cidades do estado têm conselhos do idoso em pleno funcionamento, o que é uma grande perda para a categoria.

Em 2013, o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República teve aumento de 75% do número de denúncias de maus tratos a idosos. Uma média diária de mil ligações. Em todo o Brasil, foram 40 mil.



Segundo o órgão, a maior parte das agressões são cometidas pelos próprios familiares do idoso.

Com esse aumento da violência, o trabalho do Cedi-PR se torna fundamental na luta pela garantia dos direitos da pessoa idosa com formulação de políticas públicas e de promoção para defender aqueles que dedicaram sua vida à construção do país.

Em vista desse cenário, em especial no Paraná, o foco deste ano será no combate à agressão. Foi decidido que será voltada atenção especial à violência física e psicológica contra idosos, ao abandono, ao preconceito, ao atendimento

precário à saúde, aos baixos valores das aposentadorias e aos abusos financeiros.

CEDI-PR

O Cedi-PR é um órgão colegiado que formula propostas de políticas públicas, promoção e proteção dos direitos dos idosos. Além disso, indica as prioridades na aplicação de recursos públicos destinados ao segmento.

O Conselho, que antes era subordinado à Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), agora responde à Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (Seds).

O SINDAFEP FAZ PARTE DO CEDI-PR PELA TERCEIRA GESTÃO CONSECUTIVA, UMA FORMA DE COLABORAR NA LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DE SEUS INTERESSES.

Aposentados e pensionistas discutem as lutas no primeiro encontro do ano

No fim de março, aposentados e pensionistas lotaram o salão social da antiga sede do SINDAFEP na primeira reunião do ano. Foram discutidos pela categoria atividades do Sindicato, ações judiciais e conjuntura política de 2015.

Durante o encontro, a diretoria da entidade destacou todas as lutas que a entidade vem fazendo em defesa dos aposentados e pensionistas.

Entre elas está a mobilização contra a taxaço de 11% dos servidores públicos inativos que recebem acima do teto do INSS – aprovada em comissão geral no fim do último ano. O Sindicato é membro do fórum das entidades de classe representativas das carreiras típicas de Estado e está ajuizando ações para reverter a situação.

De acordo com a diretoria, outro meio importante de luta em defesa desse segmento é o Cedi-PR, para o qual o SINDAFEP foi reeleito recentemente.

Nos informes jurídicos, o advogado José Guilherme Rolim Rosa esclareceu os aposentados e pensionistas sobre as ações de cotas individuais.

“Há 51 ações. Destas, 40 já estão em execução, sete estão prontas para serem executadas e apenas quatro estão em processo de dis-



cussão de mérito. Ou seja, mais de 90% das ações já estão ganhas, o que diferencia é o tempo de recebimento”, afirmou o advogado.

EVENTOS

No encontro, os Auditores Fiscais foram informados sobre o calendário de atividades do SINDAFEP, para que possam se programar desde já para participar de eventos como o Encontro dos Fiscais Aposentados e Pensionistas (EFA).

A diretoria também reforçou o convite para todos participarem do lançamento do 3º Prêmio Gestor Público Paraná, que será em 31 de março, no Plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Ao fim da reunião mensal, os aposentados e pensionistas participaram de um delicioso café da

tarde promovido pelo Sindicato, que teve clima de páscoa com decoração e detalhes pensados em proporcionar momentos de confraternização e reencontro do segmento.

DURANTE A REUNIÃO A DIRETORIA DA ENTIDADE DESTACOU TODAS AS LUTAS QUE A ENTIDADE VEM FAZENDO EM DEFESA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS.

Auditor Fiscal leva curso pré-vestibular a quem não tem condições

Com a intenção de garantir mais oportunidades à população carente, o Auditor Fiscal da 8ª Delegacia Regional da Receita (DRR) do estado do Paraná Luis Claudio Depes Eiras, de 58 anos, oferece a pessoas de baixa renda de Londrina a oportunidade de fazer curso preparatório para o vestibular gratuitamente.

Eiras, que está há 31 anos na Receita estadual, é professor voluntário no curso pré-vestibular União – instituição que prepara estudantes de baixa renda para entrar nas universidades públicas há 16 anos.

Segundo o Auditor, a iniciativa se deu após a percepção de que muitas pessoas não conseguiam ingressar em universidades devido à sua condição financeira. “As pessoas saíam do ensino público e queriam ingressar na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e não tinham condições de competir com aqueles que saíam do ensino privado”.

Além de preparar para o vestibular das universidades públicas, o curso também auxilia aqueles que desejam prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O projeto é mantido pelo diretor Ederval Fernandes Guerreiro, que iniciou como professor de Química. O trabalho reúne cerca de 28 professores voluntários, que levam conhe-



cimento a partir do ensino de Biologia, Física, História e Geografia. As aulas são ministradas no centro de Londrina, de segunda a sábado, no período da noite.

Segundo o Auditor, cerca de cinco mil pessoas já foram ajudadas com a iniciativa e tiveram acesso a um curso preparatório. A cada ano, novas turmas são abertas e mais pessoas têm a oportunidade de ingressar em faculdades públicas.

Outro Auditor Fiscal também participou do projeto social. Eli Junior Lombardi, de 53 anos, atuou como professor voluntário de Matemática na instituição até 2008.

Para Lombardi este trabalho é importante para tentar diminuir a desigualdade de oportunidades. “Para fazer um cursinho conhecido, o aluno tem que ter renda, pois não é barato. Uma pessoa sem condições financei-

ras precisa ter a mesma oportunidade para disputar um vestibular.”

Eiras afirma que apenas a educação consegue mudar a vida das pessoas. “O Curso União mudou a vida das pessoas porque elas puderam galgar degraus no ensino e na esfera socioeconômica”, completa.

Para participar das aulas, os interessados precisam comprovar a renda familiar por meio das vias originais de contas de água, luz e telefone. Além disso, deve-se levar a documentação completa, com RG, CPF, duas fotos 3/4 e ficha de inscrição preenchida.

DESAFIOS

A turma de 2015, fechada no início do ano, conta com mais de 400 alunos. Apesar do número crescente de matrículas, apenas cerca de 120 pessoas concluem o curso. Diante desses números,

o Auditor relata que o objetivo para este ano letivo é reduzir as desistências.

“Trabalhamos com alunos que vêm do ensino público e que têm uma renda familiar baixa. Eles são mais necessitados e muitas vezes não têm nem dinheiro para pagar uma passagem de ônibus para ir até o curso e assistir às aulas, então acabam desistindo”, comenta.

Além da questão financeira, outro fator que dificulta a formação dos jovens é carência na preparação do ensino público. “Nós percebemos que a base deles é bem complicada, tendo em vista a má qualidade encontrada no ensino público.”

HISTÓRIA

A instituição foi fundada a partir de uma reunião entre o Conselho Negro e o diretor do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic) de União da Vitória. Em 1999, foi iniciada uma turma formada por 20 alunos, que recebiam orientações dos professores do Centro.

Em 2002, o curso passou a ser oferecido nas dependências da Escola Estadual Benjamin Constant, com 320 alunos inscritos. Destes, 74 prestaram o vestibular da UEL, sendo que 25 foram aprovados.

No ano seguinte, a equipe de professores cresceu para 33, subdivididos em 11 áreas de atuação. As turmas foram divididas em cinco, com capacidade de 40 alunos cada, separados de acordo com a classificação na prova de conhecimentos aplicada no processo seletivo.

O resultado da ampliação da equipe e da divisão das turmas foi a



seguinte: entre os 379 inscritos, 139 concluíram o curso, 102 prestaram vestibulares e 17 ingressaram a UEL.

Atualmente, o pré-vestibular União está localizado em um prédio no centro de Londrina e conta com duas salas que comportam os 450 alunos inscritos.

AJUDA

Com a mudança da Escola Benjamin Constant, as despesas com o aluguel do novo espaço são mantidas pelo diretor da instituição, ficando para os alunos

as despesas com o material didático.

Diante disso, os voluntários elaboraram ao longo dos anos parcerias com a iniciativa privada para angariar recursos mínimos para a infraestrutura e andamento do projeto.

Para contribuir com a iniciativa, qualquer pessoa ou organização pode colaborar com materiais para a realização das aulas ou mesmo com recursos financeiros. Os interessados em ajudar devem entrar em contato pelo telefone (43) 3342-7712.



Ações sociais fazem do SINDAFEP um sindicato cidadão

O SINDAFEP sempre realizou iniciativas de cunho social visando melhorias na sociedade e o bem-estar da população. Neste ano, o trabalho não poderia ser diferente.

O envolvimento em ações sociais e as parcerias com outras entidades têm surtido efeito positivo. O objetivo do SINDAFEP é desenvolver atividades permanentes e que tragam benefícios reais para o Paraná.

Com a chegada do frio, a entidade já está realizando as devidas ações para a Campanha Espalhe Calor 2015. A iniciativa é do Provopar com apoio do SINDAFEP. Centenas de famílias já estão sendo beneficiadas com a campanha – que continua recebendo doações.

Com a grande quantidade de pessoas necessitadas, as contribuições são sempre bem-vindas, uma vez que a campanha também conta com a colaboração de todos. Um trabalho conjunto para amenizar o rigoroso inverno que atinge o Sul do país.

Juntamente com o Provopar, o SINDAFEP tem realizado diversas ações sociais. Entre elas, a entrega de kits escolares para crianças carentes dos municípios paranaenses, curso de inclusão digital para idosos, distribuição de doces e chocolates no período de Páscoa, e o Natal Encantado – que conta com diversas atrações e doação de brinquedos a menores. Todas ações voltadas à melhoria social da população do estado.

ARRECADAÇÕES

O SINDAFEP também tem sido um importante apoio para instituições como a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia (APACN) e a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional (Fepe) – com a qual o Sindicato firmou parceria recentemente.

O objetivo é colaborar com as entidades na arrecadação de recursos. Parte do apoio do Sindicato é esclarecer a população sobre as contribuições – que podem ser feitas pelos valores restituídos do Imposto de Renda (IR).

DEFESA

Outras ações da entidade são em defesa da pessoa idosa. Para isso, a entidade compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMD-PI), órgão responsável pela execução da Política Municipal da Pessoa Idosa.

Nessa mesma linha, o SINDAFEP também compõe – pela terceira gestão consecutiva – o Cedi-PR. Além de propor mudanças, o Sindicato também indica as prioridades na aplicação dos recursos públicos destinados ao segmento.

Além disso, o SINDAFEP participa do Fórum Paranaense da Pessoa Idosa (FPPI), participando das discussões sobre a implementação e melhoria das ações de políticas públicas de atendimento à pessoa idosa.

ESTAMOS JUNTOS SEMPRE APOIANDO

 ESPALHE CALOR	 PGP-PR
 APACN, FEPE	 OBSERVATÓRIO SOCIAL
 PROVOPAR	 CEDI-PR, CMDPI, FPPI
 EDUCAÇÃO FISCAL	 <small>SINDICATO DOS ALTOBOLEIROS FISCAIS DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ</small>

OUTRAS

O PGP-PR é uma iniciativa da entidade que já está em sua terceira edição. O principal objetivo da premiação é incentivar as administrações públicas municipais a desenvolverem ações integradas por meio de projetos que tragam benefícios à população paranaense.

As ações sociais do SINDAFEP não terminam por aí. A entidade também participa dos Encontros Nacionais dos Observatórios Sociais e realiza o Prêmio de Educação Fiscal, que objetiva estimular trabalhos voltados à Cidadania Fiscal e promover a participação do cidadão no controle dos gastos públicos, controle à corrupção e efetiva aplicação de recursos.

SINDAFEP promove inclusão digital para pessoas idosas

Desde 2014 Auditores Fiscais aposentados e pensionistas filiados ao SINDAFEP e seus cônjuges têm mais um benefício proporcionado pelo Sindicato.

Por meio de iniciativa da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) em parceria com o SINDAFEP e com o Provopar, as entidades estão oferecendo o curso gratuito de Inclusão Digital para a Pessoa Idosa.

Com carga horária de 12 horas, a proposta é levar aos aposentados conhecimentos sobre informática, digitação, segurança da informação, internet e redes sociais.

TRANSFORMAÇÃO

O curso é uma oportunidade de transformar a vida dos aposentados e pensionistas, ajudando-os a se modernizar e a terem mais independência diante dos avanços tecnológicos.

Para Adão João da Silva, participante em 2014, o curso foi bem proveitoso. “Eu gostei tanto que fiz duas vezes. Fiquei informatizado. Eu não gostava de telefone celular e tablet, mas agora tenho tudo isso. Acho que a pessoa que tem oportunidade e não faz o curso é porque não avaliou os benefícios que ele traz para nós aposentados”, declara Silva.

Só no ano passado, foram 118 idosos formados. A perspectiva para 2015 é que mais pessoas participem, para que logo seja também ofertado o curso avançado de inclusão digital.

“Convidamos nossos filiados aposentados, pensionistas e seus cônjuges a fazerem o curso. O objetivo é que toda semana seja for-

mada uma turma para que possamos, em breve, realizar também uma segunda etapa do curso – nível avançado”, afirma a assistente social do SINDAFEP, Maria Ines Dias Chaves Pereira.

Para fechar a turma, são necessários 20 alunos – que participarão das aulas durante quatro dias da semana.



Regional

Gostos em comum reúnem Fisco de Ponta Grossa

Fundada em 1988, a Associação dos Funcionários Fiscais de Ponta Grossa (Affispont) era um sonho do Fisco pertencente à 3ª DRR do estado do Paraná.

Por meio da força de vontade de muitos Auditores Fiscais envolvidos no processo de angariação de um imóvel, a tão aguardada Associação pode então ser adquirida. O ambiente de lazer para os filiados ajudou a reuni-los com mais frequência para churrascos, futebol, jogos e outras atividades recreativas.

Para o presidente da Affispont, Sergio Fabris, “a Associação representa um ótimo espaço de lazer e confraternização entre associados, ou mesmo para eventos particulares”.

ESTRUTURA

Localizada na Vila Tânia Mara em Ponta Grossa, a Associação conta com salão de festas para 120 pessoas, espaço arborizado com churrasqueira coberta, cozinha e banheiro, duas churrasqueiras externas, campo de futebol suíço, quadra de vôlei de areia e ainda um quiosque pensado especialmente para serem feitas costelas de chão.

ATIVIDADES

Com uma estrutura convidativa e bem cuidada, o espaço da Affispont tem sido bem aproveitado pelos filiados.

Às segundas e quartas-feiras, a Associação recebe os amantes de futebol



para os torneios. Dependendo da disposição, os jogos podem ser realizados até mais de duas vezes na semana. Sem excluir outros gostos, o vôlei de areia também é bem frequentado.

Nos finais de semana, a música rola solta na entidade. Festas de aniversário, confraternizações e até casamentos animam o espaço.

“A localização da sede da Affispont é privilegiada, pois fica próxima à cidade e o acesso é fácil. O local é bonito e bem arborizado, o que torna agradável a sua utilização. Há projetos em estudo para modernizar a estrutura e melhor atender aos associados”, afirma Fabris.

Outras atividades que não faltam na programação são a confraternização de final de ano entre funcionários e familiares, a comemoração do Dia da Mulher, a festa da 3ª DRR e jantar de comemoração dos aniversariantes.

DIVERSÃO

De forma descontraída, a Associação ainda oferece o “Jantar das Camisas”, que reúne os amantes do futebol. O evento tradicional é uma brincadeira entre funcionários e filiados que resulta em muitas risadas.

Funciona da seguinte forma: cada um aposta em um time de sua preferência. No decorrer do Campeonato Brasileiro, quando o time escolhido perde ou empata, quem apostou paga determinada quantia em dinheiro como penalidade. Se o time ganhar, o apostador fica isento de pagamento.

No final do Campeonato, o dinheiro arrecadado é usado para custear o jantar entre os participantes. Nesse evento, cada um exibe a camisa do seu time – afinal, perdendo ou ganhando, o que vale é a diversão!